

XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã

**Tema central:
Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes
colaborativas no contexto da pandemia**

22 a 24 de junho de 2021, online

Iniciativa e Realização

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design– **FAAC**
Departamento de Comunicação Social – **DCSO**

Cartas ao Pé do Ouvido e Conversa de “Cumades”: comunicação, cidadania e ativismo feminino por mulheres marisqueiras de Ilha Grande – Piauí 1

Ohana Luize Alves Lima

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação PPGCOM da Universidade Federal do
Piauí (UFPI) na linha de pesquisa Mídia e Produção de Subjetividades. E-mail:
ohanalui@gmail.com

Vitória Sousa Pilar

Graduanda em Jornalismo na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Pesquisadora em Gênero e
História da Mídia pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/2020-
2012). E-mail: vitoriaxxh@hotmail.com

Resumo: O artigo apresenta uma análise discursiva de duas produções sonoras feitas por um grupo de mulheres marisqueiras da cidade de Ilha Grande, litoral do Piauí, em parceria com o Movimento Ibiapabano de Mulheres, voltadas para circulação entre as ativistas no segundo semestre de 2020. Os objetivos são compreender como o grupo utiliza a comunicação enquanto forma de exercício de cidadania e para expressão das identidades das mulheres, bem como levantar as relações entre a produção comunicacional do grupo com as discussões sobre ativismo feminino, com o recorte de ruralidades. Para isso, utilizou-se do aporte metodológico da Análise de Discurso Crítica (ADC). As produções intituladas Cartas ao Pé do Ouvido e Conversa de “Cumades”, são inspiradas no formato de mídia podcast e refletem a cotidianidade das mulheres, suas lutas locais, o engajamento político e a vivência da pandemia de Covid-19.

Palavras-chave: Ativismo feminino; Identidades; Discurso; Cidadania; Pandemia de Covid-19.

¹ Trabalho apresentado no **GT5 – COMUNICAÇÃO CIDADÃ: GÊNERO, RAÇA, DIVERSIDADE E REDES COLABORATIVAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA** da XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2020-2021, de 22 a 24 de junho de 2021, na modalidade online – realizada ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã e UNESP – Universidade Estadual Paulista / FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Departamento de Comunicação.

Introdução

Diversos agrupamentos que lutam em torno de redes de colaboração e ativismos das mais variadas frentes pela garantia de direitos ou mesmo por transformações sociais mais profundas, passaram a conviver, diante dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19, com mudanças e adaptações ligadas diretamente pelas formas de comunicação dentro e fora dos grupos. Mas ao situar as discussões no campo dos ativismos sociais, das lutas por justiça e cidadania, é preciso colocar que o cenário de transformações contemporâneas já era latente e foi ainda mais aberto pela pandemia.

No tocante à realidade do espaço rural brasileiro, pesquisadores como Maria José Carneiro (2007) defendem a perspectiva de novas ruralidades, ao levantar diversas questões sobre o espaço rural brasileiro, onde se encontram populações camponesas, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, pescadores, agricultores familiares, dentre outros que reivindicam essa identidade dentro do cenário político.

Dentro desse grupo, podem ser situadas as mulheres da Associação das Marisqueiras de Ilha Grande, cidade do litoral piauiense. Durante a pandemia da covid-19, decretada como estado de calamidade no Estado do Piauí em março de 2021, as atividades, ações e eventos das marisqueiras tiveram que ser suspensas. Assim, outros desafios foram apresentados à comunidade, que precisou se apoderar da comunicação virtual para dar continuidade ao trabalho educativo às mulheres da região durante os distanciamentos impostos pela covid-19.

Portanto, ao utilizar esse espaço, reapropriando o sentido, nota-se como os espaços digitais surgiram como espaço de voz às mulheres em suas diversas demandas. Pautando-se, assim, como uma nova estratégia de recriação da identidade social da mulher e de resgate de suas reivindicações (WOITOWICZ, 2012, p.5). No entanto, ainda deve-se considerar as limitações que esse espaço encontra na contemporaneidade, uma vez que muitos brasileiros ainda não possuem acesso à internet de forma democrática.

Na prática, considerando coletivos femininos menores, principalmente os das regiões interioranas, suas tentativas dentro desse ambiente apesar de modificarem e transformarem um novo espaço de comunicação e ativismo, enfrenta restrições no seu alcance e produtividade.

Desde 2004, o acesso à internet nos domicílios por meio de microcomputador vem aumentando, variando de 6,3%, em 2004, a 25,7% em 2012 (IBGE, 2016). Em 2014, mais da metade dos domicílios no Brasil passaram a ter acesso à internet, saindo de 48% em 2013, para 54,9% — o equivalente a 36,8 milhões de domicílios. Em 2015, a expansão continuou ocorrendo, alcançando 57,8%, correspondente a 39,3 milhões de domicílios conectados. Os meios móveis (celulares e tablets) permitem o acesso fora de casa, potencializando assim o uso da internet pelos brasileiros. No entanto, uma parcela significativa de brasileiros permanecem sem acesso à rede. (PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 10).

Os dados expostos evidenciam uma realidade vivida principalmente nas cidades mais interioranas do Piauí, que ainda carecem de dispositivos e infraestrutura tecnológica para o alcance de internet de qualidade nas localidades rurais. Durante a pandemia da covid-19, quando o contato e atividades físicas precisaram ser suspensas devido os protocolos de saúde, as ferramentas digitais se apresentaram como uma alternativa para a continuidade das ações realizadas por organizações e coletivos ativistas, porém, em um novo formato, que precisaria de adaptação às realidades locais.

Para esse artigo, problematizamos a forma como as mulheres supracitadas utilizam a comunicação para ampliar suas lutas e demarcarem suas identidades considerando a categoria ruralidades. Posto isso, o objetivo foi compreender como o grupo Marisqueiras de Ilha Grande PI utiliza a comunicação como forma de exercício de cidadania e para expressão das identidades das mulheres camponesas. Especificamente, mostrou-se necessário levantar as relações entre a produção comunicacional do grupo Marisqueiras de Ilha Grande do PI com as discussões sobre ativismo feminino e identidades, com o recorte de ruralidades e, posteriormente, analisar criticamente os discursos do grupo.

Na proposta metodológica do trabalho, é apresentada uma análise, por meio da Análise de Discurso Crítica (ADC), de uma ação comunicacional desenvolvida para este coletivo em parceria com o Movimento Ibiapabano de Mulheres (MIM) e outros coletivos e ativistas. Trata-se de duas produções sonoras inspiradas em formato podcasts denominados de *Cartas ao Pé do Ouvido* e *Cartas de “Cumades”*. Foi observado na ação, o sentido de driblar as dificuldades de comunicação entre as mulheres e prestar informações de segurança, direitos, acolhimento e rede de proteção à cultura e memória das marisqueiras no período.

Mulheres: construções de gênero e ativismo em ambiente digital

Os coletivos feministas se apresentaram como uma forma de pontuar a mulher como um sujeito político. Esse posicionamento foi ficando mais explícito quando, a partir do século XIX, potencializados pela consolidação do capital e uma crescente movimentação dentro da indústria, os sistemas econômicos, sociais e políticos causaram diversas alterações no corpo social e impactos na vida de pessoas do gênero feminino.

Com possibilidades para além da vida do lar, esse contexto histórico possibilitou às mulheres uma entrada no mercado de trabalho, apesar dos poucos, ou inexistentes, direitos trabalhistas, civis e políticos. O momento foi importante para se observar a movimentação dos primeiros coletivos formados por mulheres motivados por demandas de equidade de gênero e direitos.

Gurgel (2010) pontua essas primeiras organizações em coletivos por uma luta específica de mulheres por volta do século XVIII, inicialmente na França, no processo da Revolução Francesa e posteriormente, nos Estados Unidos da América, também em contexto de revolução. Ela destaca que os primeiros objetivos desses movimentos e organizações reivindicavam direitos políticos e o direito ao alistamento militar - como forma de adesão à luta revolucionária dos Estados.

No Brasil, comparado aos países citados, esses coletivos de mulheres começaram tardiamente. No século XX, os movimentos sufragistas celebraram suas primeiras conquistas, como o alistamento eleitoral feminino, ainda em 1927 e restrito apenas ao Estado do Rio Grande do Norte. Apenas três anos depois, durante o governo de Getúlio Vargas, foi realizada uma subcomissão legislativa para analisar os processos eleitorais, nos quais o direito feminino ao voto entrou como pauta. No entanto, somente no ano de 1932 houve um decreto oficial por Getúlio que permitiu o reconhecimento do direito ao voto. O ato, portanto, concretizou-se apenas um ano depois.

Para Rodrigues (2020), é uma narrativa histórica de lutas longas e conquistas tímidas. Isso porque o papel social do gênero feminino é permeado e reproduzido sob construções culturais, educacionais, políticas e ideológicas, calcadas no patriarcalismo, limitando esse sujeito ao âmbito doméstico e à subordinação. Por conta desse contexto, ao que tange aos coletivos femininos, a história feminina brasileira é marcada, sobretudo, por promessas e frustrações constantes.

Nesse sentido, o voto político celebra uma das grandes primeiras grandes conquistas das organizações femininas do Brasil. Com possibilidade de decisão das mulheres ao poder político, mesmo que para um público letrado - o que representava um baixo quantitativo brasileiro à época - a adesão abriu caminho para se pensar na mulher dentro dos espaços públicos, como também abrilhantou a participação e construção dos movimentos organizados por mulheres em prol dos seus direitos.

A conquista do voto contou com a participação ativa da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). A notícia correu o mundo e a Federação recebeu telegramas e cartas comemorando o fato. Outras duas associações femininas aparecem no cenário nacional nesse período, a Associação Feminina Batalhão João Pessoa, com sede em Belo Horizonte e comandada por Elvira Komel, e a Aliança Nacional das Mulheres, fundada no Rio de Janeiro, por Nathércia da Cunha Silveira, mesmo apontando divergências na condução do movimento organizado no Brasil, afinal elas eram dissidências diretas da FBPF, todas pleiteavam o voto em igualdade de condições para homens e mulheres. A FBPF foi marcante na condução do movimento sufragista no Brasil. Atuou tanto na propaganda, escrevendo para os jornais, quanto apostou na estratégia de fazer pressão de forma direta junto aos parlamentares, enviando correspondências e telegramas, participando das sessões do Congresso, solicitando reuniões com os principais políticos da época. Todas essas ações contribuíram para que a sociedade mudasse seus conceitos sobre o papel feminino no mundo público e político e para que os políticos avaliassem positivamente os projetos de interesse para a mulher brasileira. (RODRIGUES, 2020, p.40).

A partir desse momento, a construção de coletivos formados por mulheres foram tomando cada vez mais força e sentido no Brasil. Com a crescente da filosofia feminista a partir da segunda metade do século XX, começou-se a pensar em coletivos de caráter feminista e um processo de constante conscientização do seu papel no mundo. Para Hooks (2018), foi por meio da premissa feminista que possibilitou-se que as mulheres não pensassem apenas nas posições políticas que precisavam ser mudadas, mas entender as engrenagens do machismo e compreender que a dominação masculina e o sexismo eram expressos no cotidiano e se apresentavam de diversas formas para um contexto múltiplo de mulheres. Assim, ao longo dos anos, foi possível entender que a luta das mulheres não se pautava apenas em uma discussão de gênero universal, mas também atravessava recortes de identidade racial, classe e sexualidade.

Entretanto, esse trabalho não tem como objetivo debruçar-se sobre a perspectiva histórica do feminismo e suas demandas ao longo da história do Brasil, apesar de reconhecer que houve um processo organizado e não-espontâneo ao longo dos últimos anos para a construção dos coletivos e organizações de cunho feminista e de luta específica para mulheres. Bem como pontuamos também que nem todos os coletivos femininos se identificam como feministas. Porém, o que se pretende neste trabalho é investigar a problematização de como os coletivos contemporâneos utilizam da comunicação para ampliação de suas lutas por cidadania nos marcos das mídias digitais.

As plataformas digitais e as redes sociais trouxeram uma nova possibilidade para pensar a mobilização dos discursos e reivindicações femininas. Rodrigues (2016) destaca que essa mobilização no cenário virtual começou a surgir após experiências bem sucedidas de relatos focados nas questões de gêneros. Isso porque, os discursos dos movimentos femininos e feministas passaram pelo silenciamento da mídia e os setores de poder da sociedade, ainda muito solidificados em discursos patriarcais. Com essas manifestações "independentes" dentro da ambiência digital, sem recortes e edições, foi possível perceber aquilo que Castells (2013) pontua como a alteração do cenário comunicacional, "afetando relações de significado e, portanto, relações de poder" (CASTELLS, 2013, p.13).

Ruralidades: identidades, existência e resistência

No referenciado livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2020) apresenta os processos de mudanças sociais e culturais que provocaram deslocamentos, fragmentações e instabilidades nas identidades anteriormente baseadas na essencialidade do ser humano. O que o autor chama de "crise de identidade" compõe uma complexa rede de modificações que afetam as subjetividades, mas também a própria ordem social, os modos de ver, sentir e explorar o mundo.

Hall (2020) credita à cinco importantes mudanças no discurso das teorias e das ciências a explicação para o processo de deslocamento das identidades dos sujeitos, quais são, de acordo com o autor: as tradições do pensamento marxista; a descoberta do inconsciente por Sigmund Freud e sua psicanálise; o trabalho de linguística estrutural de Ferdinand de Saussure; os trabalhos de Michel Foucault; e os impactos do feminismo como movimento social. Dentre os apontamentos para o marco da primeira onda feminista como proposição de mudanças na política, destaca-se que:

Ele questionou a clássica distinção entre o “dentro” e o “fora”, o “privado” e “público”. O slogan do feminismo era “o pessoal é político”. Ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social – a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc. (HALL, 2020, p.28)

Nesse universo de instabilidades, é preciso salientar que o fenômeno da globalização, ainda tão acionado nas discussões sobre mudanças sociais, produz uma diversidade de efeitos sobre a questão das identidades. Ao longo da segunda metade do século XX e nessas duas décadas de século XXI, são visíveis os ascensos de novas mobilizações identitárias, reivindicações de direitos, bem como existem tensões e resistências em processos defensivos das culturas deixadas à margem da globalização que “retém alguns aspectos da dominação global ocidental, mas as identidades culturais estão, em toda parte, sendo relativizadas pelo impacto da compressão espaço-tempo” (HALL, 2020, p.48).

Concordando com a análise sobre a crise das identidades, Kathryn Woodward (2014) explica que a sugestão de homogeneização cultural e de massificação dos circuitos simbólicos de bens culturais, não ocorre de maneira igualitária no mundo globalizado e contribui com a produção de resistências no sentido de “fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade” (WOODWARD, 2014, p. 21). No entanto, na contemporaneidade, para além das questões de ideologias e espectros políticos, a autora elenca os marcadores de identidades como pontos de conflitos das disputas e lutas.

Ao definir identidade como processo de construção, Castells (2018) destaca a dimensão do simbólico como aquilo que é organizado pelas identidades a partir de repertórios originados na experiência com a história, com a memória, com o espaço-tempo. De acordo com o autor, enquanto processo de construção, as identidades partem de uma base de formas e origens de três tipos: identidade legitimadora (das instituições dominantes da sociedade); identidade de resistência (advindas dos atores sociais subalternizados e/estigmatizados); identidade de projeto (criada por atores sociais em busca da transformação de toda a estrutura social para além da resistência).

O que Woodward (2014) identifica como a possibilidade da convivência entre diferentes identidades, mesmo que em cenário de conflito, Castells (2018) observa como o fato de nenhuma

identidade ser essencial ou terminar em si mesma. Porém o autor expõe que cada tipo de identidade, por pertencer a uma organização social específica, produz efeitos específicos.

Por exemplo, Castells defende que é provável que a identidade de resistência seja “o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade” (CASTELLS, 2018, p. 57), pelo fato, é possível inferir, de as relações de poder e seus efeitos provocarem desigualdades e disparidades, gerando, assim, grandes agrupamentos de grupos sociais estigmatizados.

Retornando ao debate proposto por Woodward (2014), dentro da perspectiva de movimentos sociais e a exemplo da bandeira feminista pós maio de 1968, temos que as identidades resistentes são acionadas por meio da solidariedade política e de suas bases, e ainda pelo respeito às diferenças existentes no interior desses grupos, demonstrando que não há fixação total na construção das identidades. Relacionando tais discussões de identidades para o exercício da cidadania comunicativa, retomamos primeiramente a concepção de que “sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência” (CASTELLS, 2018, p.58).

É nesse sentido que algumas vertentes teóricas da comunicação, aqui exemplificando os estudos culturais, passam a pensar não mais a figura do receptor dentro do processo comunicativo, mas utilizam de uma abordagem mais ampla e crítica (SAGGIN, BONNIN, 2017, p. 100).

Nos contemporâneos processos midiáticos, “as vinculações existentes entre as pessoas e as vastas gamas de configurações socioculturais não se dão de maneira direta, senão em processos marcados pela complexidade, produzindo sujeitos com singularidades” (SAGGIN, BONNIN, 2017, p.101) e, portanto, surgem análises que se propõem a observar os fenômenos por diversos tipos de vínculo comunicativo, tendo em vista a potencialidade dos ambientes em rede também para o exercício da cidadania. Tais análises consideram os aspectos da tecnologia, mas também o contexto social dos fenômenos.

A cidadania no contexto dos ambientes midiáticos e da chamada sociedade em rede é ainda mais alinhada a ideia de prática, um exercício político de luta por conquista e efetivação de direitos. Em sua gênese, é vista como a busca pela igualdade de direito civis, políticos e sociais por segmentos sociais à margem das principais políticas de bem saúde, educação, saneamento e outros direitos básicos. De fato, “uma das múltiplas instâncias pelas quais o homem pode exercer esse direito e esse dever é a comunicação social” (PERUZZO, 2004, p. 275). O cidadão é um agente que pretende transformar a sociedade, tendo em mãos não somente o conhecimento de seus direitos e deveres, mas também de se colocar a frente deixando a passividade social.

A comunicação assume papel fundamental na discussão dos mais variados temas que permeiam a sociedade e, conseqüentemente, na efetivação do debate público e na garantia da visibilidade das demandas sociais. O processo é fundamental para a consolidação dos direitos da

cidadania, que se encontram instituídos (BANDEIRA, 2011, p. 573). No entanto, o conceito de cidadania muda conforme a época existente ou, ainda, às filiações teóricas predominantes a cada pesquisa. É possível destacar, de maneira geral, os marcos da cidadania na luta por direitos políticos e civis, como casamento, moradia, ou voto, mas, desde o início do século XXI, a questão da cidadania é também “ter o direito de participar, com igualdade, na produção, na gestão e na fruição dos bens econômicos e culturais” (PERUZZO, 2004, p. 287). Entre o final dos anos de 1980 e anos 2000, estudos como os de Cicília Peruzzo (2004) e Evelina Dagnino (2004) caracterizam esse período como de ascensão da participação popular na vida política brasileira, incluindo lutas e estabelecimentos importantes de chamadas políticas afirmativas ou de identidades.

É perceptível na configuração social que o movimento de globalização leva os movimentos populares a adquirir novas posturas em suas lutas e atuações. Os cidadãos componentes desses movimentos assumem mecanismos que os desafiam a manter uma politização frente à desmobilização. Dagnino defende que ampliar a noção de cidadania é necessário e:

Essa ampliação implica, em relação com a concepção liberal, que a nova cidadania tem que transcender o foco privilegiado da relação com o Estado, ou entre o Estado e o indivíduo, para incluir fortemente a relação com a sociedade civil. O processo de construção da cidadania enquanto afirmação e reconhecimento de direitos è, especialmente na sociedade brasileira, um processo de transformação das práticas sociais enraizadas na sociedade como um todo. (DAGNINO, 1994, p.106).

A cidadania ou nova cidadania, como propõe Dagnino (1994), admite a existência de conflitos sociais, percebidos conforme se modifica o quadro de desigualdade social, limites da liberdade de expressão, oportunidade de participação dos cidadãos no sistema público de gestão e reconhecimento das demandas sociais acionadas pelos movimentos populares. A ligação com os movimentos sociais, aos grupos protagonizados por membros da sociedade civil e que lutam em torno de questões coletivas, faz dos movimentos populares o centro organizativo das lutas do povo e cada vez mais é notável a presença da mídia nesse processo.

No Brasil, alguns importantes e mobilizados movimentos sociais e populares surgem e atuam em contexto rural. A população rural no Brasil vem sendo definida de diferentes maneiras e a partir dos diversos campos de estudos. Após a segunda metade do século XX, as definições mais comuns sobre o campesinato se encaminham para “uma complexificação da categoria, que passou a ser vista não mais como um bloco único, mas como um conjunto que continha subdivisões, como as de campesinato rico, médio e pobre” (GRYNSZPAN, 2010, p.74). Os principais estudos apontam que conceitos como campesinato, rurais, agricultores, cultura camponesa, devam ser observados diante das mudanças e contextos sociais.

Comeford (2010), ao trabalhar o conceito de cultura camponesa, o relaciona com resistência e explica que “em certo sentido, a cultura camponesa pode ser vista como uma visão de mundo que

incorpora uma importante e peculiar dimensão de resistência à dominação” (COMEFORD, 2010, p.156). O autor contribui com a compreensão das manifestações cotidianas de uma comunidade, e aqui no caso das populações residentes em espaços rurais, como parte importante da construção e da produção de discursos e representações sobre a vivência no campo.

No ano de 2020, em manifestação pública sobre a crise da pandemia de Covid-19, o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) destacou que a população do campo é “constituída de uma pluralidade de contextos socioculturais definidos pelas diversidades econômicas, geográficas, climáticas e culturais, entre outras, que são próprias deste país de dimensões continentais” (FONEC, 2020, p.8). O documento diz ainda que “os impactos da pandemia revelam um quadro dramático em escala global, assinalando no Brasil nosso ingresso no período mais crítico, de duração e consequências ainda imprevisíveis” (FONEC, 2020, p.2).

A pesquisa TIC Domicílio 2019² revelou que 28% das residências não possuem internet, para exemplificar o recorte sobre o alcance das tecnologias no território nacional. A ferramenta mais utilizada é o celular, sendo que no espaço rural a exclusividade do dispositivo como meio de acesso à internet é de 79%. Há que se destacar que o percentual total de usuários de internet na zona rural brasileira é de 53%, pouco mais da metade, enquanto na zona urbana os números chegam a 77% da população, o que ainda assim significa que quase um terço de brasileiros não estão conectados.

Segundo dados do Coletivo Intervezes, associação brasileira que trabalha em defesa da efetivação do direito humano à comunicação, o empoderamento digital, é um dos desafios nacionais no tocante ao exercício de um descentramento do direito de acesso aos meios digitais, diversidade, liberdades de expressão, e por um ambiente na internet que promova mais justiça social e democratização. As desigualdades se expressam também pela falta de políticas públicas de ampliação da rede de maneira democrática e “o próprio governo reconhece que tal concentração se dá por motivos comerciais das empresas, que focam a oferta da infraestrutura em regiões ricas e mais populosas” (INTERVOZES, 2018, p.3).

Aspectos como a desestabilização das fronteiras entre o urbano e o rural, a intensificação da comunicação com as cidades, o avanço das tecnologias de comunicação e a mobilidade via meios de transportes mais céleres são alguns dos apontamentos para modificações no cotidiano. Torna-se pertinente afirmar a existência de convergência nas análises que optam pelo caminho da observação da construção das identidades rurais, como as camponesas, com aspectos das tecnologias de comunicação e dos discursos produzidos na sociedade.

² Pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) que compõe o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Nic.br), responsável por projetos do Comitê Gestor da Internet do Brasil (Cgi.br).

Ativismo das Marisqueiras de Ilha Grande (PI) e exercício de cidadania

No litoral do Piauí, no município de Ilha Grande, um grupo de Marisqueiras fundaram e formalizaram, no ano de 2009, a Associação para atender as demandas e garantias das trabalhadoras da região litorânea que vivem dos mariscos. Ao longo desses anos, a Associação das Marisqueiras de Ilha Grande conquistaram e se articularam com órgãos e fundações para realização, acompanhamento e apoio ao trabalho dessas mulheres.

Desde então, o projeto passou a realizar diversas atividades culturais e ecoativistas, valorizando a economia local e a mão de obra feminina. Entre eles, destaca-se a Feira Integradora de Arte e Cultura, que passou a ser denominado Feira de Artesanato e Produtos da Agricultura Familiar – FAPAF.

A Associação das Marisqueiras considera-se uma organização que tem como foco as necessidades e anseios de uma comunidade de mulheres específicas, marcada pela regionalidade e o contexto cultural nas quais estão imbuídas. Seus objetivos visam a melhoria de vida e trabalho das profissionais que labutam com a coleta do marisco na região litorânea, fomentando a economia e cultura local fornecida pelo ofício. Ademais, também pretendem fortalecer uma campanha de conscientização à proteção da fauna e flora local, que permita a sobrevivência da rede familiar das marisqueiras em convivência com a natureza.

As ações articuladas, independentes ou em parcerias, sustentam as premissas de proteção e protagonismo à mulher marisqueira, tendo em vista seu bem estar dentro dos lares, na coleta do marisco, na venda e ações que possam ser desenvolvidas de cunho econômico, educação, incentivo à saúde e segurança familiar. O ecoativismo é uma das pautas mais debatidas entre as mulheres e a comunidade em geral, tendo em vista que o grupo reconhece que há uma relação de dependência entre a preservação ambiental dos locais de coleta para continuidade da renda por meio dos mariscos.

Atualmente, a Associação das Marisqueiras possui dois perfis oficiais no Facebook, com 1314 seguidores e no Instagram, com 954 seguidores. Também fazem uso de grupos no WhatsApp, nos quais estão presentes marisqueiras da localidade, membros e voluntárias diretas da Associação. As redes de comunicação funcionam de forma integrada, com objetivos parecidos, tendo papel de informar, conscientizar e gerar informação sobre as marisqueiras, eventos, ações e informativos de interesse do grupo. No Instagram e Facebook, a função das redes também possui um caráter documental, propiciando o compartilhamento para outras pessoas, não necessariamente ligadas à realidade do Litoral do Piauí, mas que se interesse em acompanhar as atividades das mulheres.

Durante a pandemia, a partir do segundo semestre de 2020, as postagens nessas duas redes sociais foram atualizadas de forma constante, revitalizando as memórias dessas mulheres, promovendo ações virtuais de conscientização sobre como conter a doença por meio das proteção de máscaras, higienização e incentivo ao isolamento social. Lives e reuniões virtuais também foram promovidas e divulgadas nas redes sociais, principalmente pelo Instagram, onde foram convidados especialistas sobre determinadas temáticas, como saúde pública e temas ambientais, mas a presença de pescadoras e marisqueiras, na organização e cerimônias dos eventos online. Postagens de cunho afetivo foram outro conteúdo bastante disseminado nas duas redes sociais, na qual traziam o discurso de valorização do ato de mariscar e celebração à tradição, apesar da baixa atividade por conta do estado de saúde pública.

Dentre as articulações virtuais, destaca-se as produções *Cartas ao Pé do Ouvido* e *Cartas de “Cumades”*. São formatos de áudios, com duração de 6 minutos e 8 segundos e 4 minutos e 52 segundos, respectivamente. As produções são parte de uma ação para criação de pequenos podcasts, em parceria com o Movimento Ibiapabano de Mulheres (MIM)³ que auxilia na produção dos conteúdos, promove diálogos com as associadas, tudo por meio do WhatsApp. Os conteúdos duram em torno de 5 a 10 minutos, com formato similar ao de radionovelas, por exemplo. O objetivo era alcançar o máximo de mulheres da região possível sobre o contexto da pandemia na localidade, mas também oferecer serviços de apoio por meio da Associação em outras searas de atendimento, como combate à violência doméstica e assistência alimentar,

O formato em áudio foi escolhido pelo critério de acessibilidade, tendo em vista que muitas mulheres são analfabetas ou semianalfabetas, facilitando a democratização do entretenimento de cunho educativo e informativo. O WhatsApp, por sua vez, foi devido a facilidade de compartilhamento para outros grupos e outras pessoas, gerando uma disseminação mais rápida e fluida do conteúdo. Por conta das especificações e detalhes desses critérios para a escolha desse material a ser disseminado durante a pandemia da covid-19, o presente trabalho preocupou-se em investigar mais a fundo sobre as estratégias discursivas diante das ferramentas comunicacionais possíveis do grupo de Marisqueiras de Ilha Grande.

Análise discursiva em *Cartas ao Pé do Ouvido* e *Cartas de “Cumades”*

³ A entidade compõe o Fórum Cearense de Mulheres, caracterizado como “movimento feminista com propostas anti-capitalistas e antirracistas, criado no Ceará em 1994, no processo preparatório à Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz – 1995, Pequim” (LEITE; SILVA, 2019, p.18). O MIM atua na região conhecida como Serra da Ibiabapa que englobe as regiões de cidades como Viçosa, Tianguá, Ubajara, dentre outras, próximas aos limites geográficos com o Piauí.

Herdeira dos estudos da linguística, bem como das formulações teóricas sobre discurso e poder, a Análise do Discurso Crítica (ADC) se apresenta como proposta teórico-metodológica transdisciplinar, tendo em Norman Fairclough a apresentação da Teoria Social do Discurso que observa as três dimensões discursivas: discurso como texto, como prática discursiva e como prática social (FAIRCLOUGH, 2016).

A ADC entende a linguagem, falada ou escrita, em movimento, em funcionamento e esse conceito se aplica na “investigação de como esses sistemas funcionam na representação de eventos, na construção de relações sociais, na estruturação, reafirmação e contestação de hegemonias no discurso” (RAMALHO; RESENDE, 2019, p. 13). No aspecto metodológico, as autoras destacam que a Teoria Social do Discurso aborda três tipos de significado para os discursos a cerca de linguagem: acional e gênero; representacional e discurso; identificacional e estilo.

É neste último que centramos nossa análise por meio das categorias avaliação e modalidade. Estas, compõem a dimensão do discurso como prática que social que, neste aspecto, considera os fatores econômicos, políticos, culturais e ideológicos do sujeito comunicante. A análise se debruça em duas produções: *Cartas ao Pé do Ouvido* e *Cartas de “Cumades”*. As produções foram produzidas e distribuídas no segundo semestre de 2020, no qual a Associação das Marisqueiras de Ilha Grande voltaram suas atividades para o cenário virtual como forma de (re)conectar-se com as trabalhadoras.

Cumades, ou comadres, trata-se de um vínculo afetivo, bastante utilizado em comunidades rurais para designar a madrinha de um filho, ou filha, ou a mãe do afilhado, afilhada. A escolha é feita baseada em uma relação de confiança, amizade e respeito entre os pais e o escolhido para apadrinhar o filho/a. Em comunidades rurais e interioranas, uma comadre pode ser apenas um forte relacionamento de amizade, não necessariamente precisando ter a relação de apadrinhamento religioso. Na cultura popular, comadre também poderia ser alguém escolhido para assistir o nascimento de uma criança. Em Ilha Grande e grande parte do interior do Piauí, a expressão é comumente utilizada entre as mulheres. Tal adjetivo remete a um juízo de valor, o que na teoria é considerado na categoria avaliação, visto que constam “de processo mental afetivo (tais como ‘detestar’, ‘gostar’, ‘amar’)” (RAMALHO; RESENDE, 2019. p.79). Diversas palavras e formulações são ditas pelas *cumades* indicando proximidade, identificação e afeto, tais como: *mermãzinha*, *inté*, *amiga*, *se cuide*, *minha fia de Deus*.

Na nomenclatura para o conteúdo das marisqueiras, observa-se que a escolha do nome busca resgatar essa relação entre as mulheres, evidenciando a relação de cumplicidade, companheirismo e afeto. Importante salientar que as nomenclaturas podem ser analisadas perante o que transparece no texto ou ainda no não-dito, o que Ramalho e Resende (2019) destacam como presunções valorativas da avaliação. A exemplo da palavra *Cartas* que, por sua vez, poderia servir para reforçar uma inten-

ção de proximidade, tendo em vista que representam um documento escrito em uma linguagem simples, compartilhado por poucas pessoas, representando um discurso mais intimista. Temos que “a construção de significado depende não só do que está explícito em um texto mas também do que está implícito – o que está presumido” (RAMALHO; RESENDE, 2019, p.80).

Os áudios, mesmo que não seja o foco desta análise de classificar como podcast dentro de uma discussão teórica maior, é dessa forma que o grupo identifica a ação comunicacional. É possível afirmar que seja um marcador da contemporaneidade, onde termos em inglês, as formas de mídias atuais, estejam integrando o imaginário em um mundo com fronteiras cada vez mais aproximadas, mesmo que distantes por outros fatores. Em ambos os conteúdos, há uma presença constante das marcas de oralidade, expressões, gírias e sotaques da região. Os temas evidenciam a localidade, colocando a construção das histórias em personagens que possuem características do povo local.

Em *Cartas ao Pé do Ouvido*, o dia a dia de uma família é representado no áudio relacionando com as preocupações com a contaminação pelo Coronavírus. Analisando a partir da categoria de modalidade, é presente na produção o que Ramalho e Resende (2019) explicam como sendo o julgamento da enunciação, a polaridade, a negociação entre trocas de informações, de possibilidades, de consequências, de significados. Em outro momento, as autoras explica, a partir das reflexões propostas pela Teoria Social do Discurso e outras análises, a relevância dos elementos como advérbios, entonações, a presença de ironias no discurso, de rupturas, de mudanças temporais que indicam que a modalidade indica o comprometimento com o discurso (RAMALHO; RESENDE, 2019).

Identificamos, portanto, modalidade em sentenças como: *É pro bem deles e do nosso; Se esse homem não entender que o perigo não acabou e nem tá longe de acabar, não quero nem pensar no que pode acontecer; A gente usa máscara porque todo mundo tá usando, mas acho que não precisa mais* (em tom irônico); *Tem que lavar a mão toda hora com água e sabão* (com ênfase); *Vão pra casa. Estudem, brinquem bastante, fiquem bem inteligentes e quando tudo isso acabar, vocês vão me contar tudinho.*

Considerações finais

Em meio a crise provocada pela pandemia do novo Coronavírus, a partir de 2020, diversos movimentos, coletivos, ativistas, dentre outros, foram instigados a repensarem suas estratégias comunicacionais. É possível dizer que, mesmo com a presença cada vez mais forte das redes sociais e das tecnologias digitais, os desafios são ainda maiores para implementar novos formatos de comunicação nesses ambientes, especialmente com públicos que ainda se encontram com diversas limitações de acesso, uso e apropriações.

A pandemia apresenta-se como um contexto e cenário do desenrolar das duas histórias aqui analisadas e vai ganhando forma no enredo que busca informar sobre os temas de saúde pública, como incentivo à adesão dos cuidados de prevenção da covid-19 e combate à violência doméstica durante o confinamento. A análise nos revela que há a intencionalidade nos discursos produzidos em reforçar as identidades locais do grupo, refletir sua cotidianidade, a linguagem e o engajamento político. As produções ainda se mostram como registros desse período histórico, marcado pela pandemia, onde o exercício da cidadania e dos ativismos sociais, por meio da comunicação, também são pontos relevantes para investigações e pesquisas.

Referências bibliográficas

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação**, volume 2. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

COMEFORD, John. Cultura e resistência camponesa. In: MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 151-157.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, CGI.BR -. **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil : TIC kids online Brasil 2018**. ICT kids online Brazil 2018 / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª ed., 2016.

FONEC, Fórum Nacional de Educação do Campo. **Direito à Educação em tempos de pandemia: Defender a Vida é mais do que reorganizar o calendário escolar**. Brasil, 2020. Disponível em: <<http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Carta-do-FONEC-Articula%20a%20a%20es-Comit%20as-e-F%20runs-estaduais-de-Ed-do-Campo-e-Apoiadores-ao-CNE.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

GURGEL, Telma. **Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade**. Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 9, p. 1-9, 2010.

GRYNSZPAN, Mario. Campesinato. In: MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 72-75.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

INTERVOZES. **Direito à comunicação e internet:** empoderamento digital como garantia deste direito no ambiente online. Brasília (DF), 2018.

LEITE, Ana Beatriz; SILVA, Larissa Sousa. Fórum Cearense de Mulheres: uma análise exploratória da atividade no Facebook entre a oficialização das candidaturas e os quatro meses de governo Bolsonaro. In: PARODE, Fabio Pezzi; JERÔNIMO, Francisco Rafael Mesquita; ZAPATA, Maximiliano Oscar (orgs). **Semiótica da diversidade:** devires minoritários e linhas de fuga. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 17-30.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. **Análise do discurso crítica.** São Paulo: Contexto, 2. ed., 3ª reimpressão, 2019.

RODRIGUES, Natália Queiroz Cabral. Trabalho feminino em tempos de pandemia. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, v. 24, n. 1, p. 38-51, 2020.

RODRIGUES, Laís Modelli. **Blogs Coletivos Feministas:** um estudo sobre o feminismo brasileiro na era das redes sociais na Internet. 2016.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. **A quarta onda feminista:** interseccional, digital e coletiva. In: Congresso Latino-Americano de Ciência Política (ALACIP), 2019.

WOITOWICZ, Karina Janz. Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência. **Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 1, n.3, 2013.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.